

ATÉ O TÚMULO: REPRESENTAÇÃO DOS RITOS FÚNEBRES EM SOCIEDADES MODERNAS¹

Jeanne Almeida Dias²

Rafaela Caroline Noronha Almeida³

Rita de Cássia de Souza Oliveira⁴

RESUMO

O presente artigo aborda algumas questões relevantes a respeito dos sepultamentos no interior das igrejas e as representações sociais sobre os ritos fúnebres. As reflexões aqui apresentadas foram construídas com base em dados bibliográficos sobre a brevidade da vida, partindo do séc. XVIII, objetivando a análise de diferentes ritos fúnebres, composta por uma visão geral de mundo, em que as transformações por longa duração não foram significativas para modificação de práticas e costumes consolidados como tradicionais em determinadas culturas cristãs. O panorama histórico é traçado paralelamente, às suas práticas e significações - expressas na memória coletiva das sociedades da época, cujos resultados são apresentados através da análise sobre as relações estabelecidas entre os vivos e os mortos nessas sociedades.

Palavra-chave: Morte. Ritos fúnebres. Sepultamentos.

INTRODUÇÃO

As diversas atitudes que o homem tem adotado frente à morte ao longo da história têm contribuído para formar um imaginário coletivo expresso através da elaboração de símbolos, atribuição de representatividade de alguns materiais ritualísticos e a incorporação de performances rituais macabras, no intuito de conduzir aquele que jaz de forma pacífica e livre de punições para o além morte. Desta maneira, morrer não significa pura e simplesmente deixar o mundo dos vivos, e não se resume no momento da passagem desta para outra esfera transcendental. Mais que isso, é uma construção social que assume papel de evento

¹ Uma errata: o título original do trabalho escrito era: Até o túmulo: Representação dos ritos fúnebres em sociedades *contemporâneas*, porém readequamos para: Até o túmulo: representação dos ritos fúnebres em sociedades *modernas*, devido ao recorte temporal deste artigo. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de Junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Estudante de Ciências Sociais com Bacharelado em Antropologia pela UFBA.

³ Estudante de Museologia pela UFBA.

⁴ Estudante de Ciências Sociais com Bacharelado em Antropologia pela UFBA.

importante na própria existência do indivíduo, ainda que por vezes esse aspecto possa parecer contraditório (ARIÉS, 1990), isto é, deve-se pensar na morte para bem viver.

Assim, os ritos fúnebres de cada sociedade refletem a concepção que cada grupo social tem sobre morte, sendo, portanto, a análise dos símbolos, formas, dimensões, temas e elementos incorporados na performance, importantes para a compreensão sobre o momento cultural em que foram criados e a construção da memória coletiva. A elaboração dos ritos pós-morte e a recordação dos mortos permanecem na memória dos vivos, desta maneira suas ações e importância social representam um meio de prolongar sua existência, através da influência que mantém sobre os que permanecem vivos, voltaremos a este assunto mais adiante. “Representação” que leva a estender a memória do ausente mais além da própria vida.

A abundância de informação que proporciona a análise dos ritos amplia o horizonte de possibilidades de investigação de suas concepções. Abordar o estudo de uma cultura a partir de pontos de vista distintos resulta pertinente pelas novas e diferentes explicações que podem ser construídas. Desta maneira este trabalho toma como objeto de estudo das distintas concepções sobre a idéia da morte nas sociedades modernas. Para tal, torna-se relevante o entendimento de outras questões tais como, a concepção de espaço de mortos e vivos, as representações do *pós-mortem* e sua ligação com a vida, e a relação dos vivos com os mortos. Objetiva-se, assim, traçar um panorama da morte ocidental na contemporaneidade e mais além, relacionar as ações feitas em vida com o “destino esperado” na morte.

Duas concepções aqui utilizadas devem, inicialmente, ser explicadas: a primeira delas é a modernidade, entendendo-se aqui como o recorte compreendido entre o começo do século XVIII até os dias atuais. Segundo, a referência feita à memória coletiva está ligada ao contexto social ao qual o indivíduo pertencia antes de sua morte, e que, de certa forma - através da memória dos que permanecem vivos - continua a existir.

CONTEXTO HISTÓRICO

Durante todo o processo de desenvolvimento da humanidade, diferentes ritos fúnebres foram elaborados de acordo com a importância da entrada do indivíduo na esfera transcendental: “Pirâmides, túmulos subterrâneos, templos funerários, catacumbas, cremações, diferentes rituais funerários têm sido usados como uma tentativa de conservar os corpos e se preservar a memória dos mortos” (BELLOMO, 1998). Essa memória compartilhada nos grupos sociais corrobora para a formação de uma identidade grupal.

O estudo das atitudes do homem diante da morte forma parte do estudo da cultura, que possibilita identificar os fatos que explicam as ações e os rituais que o ser humano tem desenvolvido na relação com os mortos e os lugares onde são sepultados. É importante identificar as idéias, as emoções e expressões que o fato da morte provoca em cada sociedade, em cada tempo e, em cada lugar; para compreender a relação que temos com ela.

No Ocidente, as atitudes ante a morte têm sofrido re-elaborações de acordo com a importância atribuída a ela. Dentre os principais aspectos relacionados às transformações destas concepções estão: o progresso tecno-científico, incorporação de medidas de higienização, a reorganização das estruturas sociais, particularmente da família, e a formação de uma mentalidade capitalista centrada na rentabilidade, benefício e no individualismo, tendendo a uma dessacralização da morte, assim como uma nova concepção da enfermidade, da saúde; ademais, se adverte uma maior relevância do aspecto econômico e um tabu crescente com respeito à morte.

Em grande parte das culturas pré-coloniais, a vida e a morte formavam parte de um contínuo, isto é, a concepção destes dois momentos era percebida de maneira complementar. A vida e a morte eram condições fundamentais para a permanência; daí sua aceitação sem medo. Era durante a vida que se preparava o terreno propício à boa morte. Esse era o momento em que as boas ações deveriam ser observadas, assim, era a vida que provocava temor e não a morte, pois na vida havia mais incertezas. Outro aspecto importante está centrado na maneira como se morria e o percurso do moribundo até a sua morte, isto é, a felicidade eterna se obtinha de acordo com a forma de morrer – no sacrifício, na guerra, ao dar a luz, etc. –. O homem pré-colonial tinha a crença de que, para assegurar a sobrevivência e a continuidade da vida, deveriam oferecer a sua própria vida aos deuses (RODRIGUEZ, 2001, pp. 21-22, 25).

Por outro lado, a visão da morte na Europa Ocidental do século IV ao XVI estava integrada a um sistema de crenças sustentadas pela Igreja Católica, em um processo denominado “Cristianização da morte”. A importação do conceito cristão de morte ocorreu já nos primeiros anos da colonização. Em princípio cada grupo indígena continuou com seus respectivos costumes funerários, porém, paulatinamente se foi impondo o modelo europeu cristão (Ibid.p. 35-47.) A sociedade indígena, porém, reagiu à imposição do sistema – ainda que tenha prevalecido o cristianismo. A Igreja Católica passa então a desempenhar o papel mais importante nas tarefas fúnebres, sendo esse o principal fator de aculturação durante o processo de imposição e adoção das novas formas de “celebrar a morte” e sepultamentos. Durante a evangelização foram produzidos símbolos e rituais dentro do sistema ideológico

que ao se incorporarem na sociedade serviram de sustentação para a manutenção da *performance* fúnebre. (Ibid.p. 18-51).

Proibiu-se a cremação, a mutilação dos corpos, o canibalismo, o enterro em casas, nos campos e montes, e se exigiu que os sepultamentos fossem realizados em cemitérios e igrejas, terra sagrada e não profana. Durante os primeiros anos da colonização, os indígenas que morriam sem o batismo eram lançados em valas ou lagoas, ou eram enterrados em lugares ocultos e distantes. Os indígenas evangelizados, estes, enterrados em mosteiros e igrejas, e os que estavam fora da influência portuguesa continuaram com seus costumes (Ibid.p.55.).⁵ Paulatinamente, o costume de enterrar nos conventos, igrejas, adros e capelas foi se difundindo. Os adros foram os lugares onde mais sepultamentos se efetuaram por tratar-se de lugares públicos onde se catequizava, se alfabetizava, se atendiam enfermos, se batizava, se confessava, se casava se festejava e onde, finalmente se enterrava. A igreja foi o sítio básico e privilegiado de sepultamento reservado às classes altas⁶. Pouco a pouco a igreja foi introduzida nesse contexto até conseguir o controle das práticas funerárias. A morte foi individualizada, hierarquizada, e associada ao status sócio-econômico. A morte do rico era individual e a do pobre anônima e por outro lado, o clero foi o principal prestador dos serviços funerários em comparação com os médicos (Ibid).

Esta mentalidade adquire oficialidade devido à importação do modelo cristão. A forma de morrer já não importava - como ocorria na maioria das sociedades pré-coloniais –, senão a aceitação do sacrifício e o castigo que se devia seguir ao longo da vida para se obter a glória eterna. Ao final da colonização as atitudes ante a morte foram revistas, o lugar dos mortos é transferido das igrejas para o local apropriado lugar distante dos centros residências, os primeiros cemitérios.

Em paralelo ao contexto histórico-cultural de uma mentalidade produzida por uma igreja ortodoxa, o hábito de inumação no seu interior foi iniciado de acordo com Debret (apud. Mendes, 2001) com o sepultamento dos santos e mártires, em um espaço especialmente consagrado para tal. Mais precisamente o enterramento de cadáveres no interior dos locais de culto, é uma prática essencialmente católica. Todas as sepulturas seguiriam uma organização preestabelecida. Diferindo-se pela sua aproximação ao altar-mor e demais espaços

⁵ Sobre o assunto ver Costa (2005) e AUREA Santos (2006)

⁶ Esse foi mais um dos pontos de conflito, quando a igreja deixa de ser o local apropriado aos enterramentos, os cemitérios passam a fazer parte da paisagem da cidade. Desta maneira, a igreja perde parte do seu prestígio enquanto intermediária entre o céu e a terra.

privilegiados no interior das igrejas. Estar próximo das imagens sacras representava um meio de manter-se relacionado com o mundo dos vivos, mas principalmente a preservação e demonstração de uma hierarquia muito valorizada pela sociedade da época. Essa dispersão geográfica contribui para análise de aspectos múltiplos da sociedade, formadores dos costumes e tradições que configuram o patrimônio cultural baiano.

PRÁTICAS E RITOS FÚNEBRES NOS SÉCULOS XVIII E XIX NO INTERIOR DAS IGREJAS E OBJETOS A ELA CONDICIONADOS

Muitas das vezes tem-se dito que a morte iguala os homens, porém as igrejas – bem como atualmente os cemitérios e seus monumentos – reproduziam a geografia da sociedade dividindo as suas áreas por classes sociais, cuja disposição tumular confirma que isto não pode estender-se aos espaços destinados ao repouso, e que as diferenças sociais são levadas até através das concessões de túmulos, localizados desde o altar até o exterior das igrejas. “A morte igualitária só existe no discurso, pois, na realidade, a morte acentua as diferenças sociais” (BELLOMO, 1998).

“Uma geografia da morte que refletia as hierarquias sociais e outras formas de segmentação coletiva” (REIS, 1997, p.127)

As idéias de Reis sobre a relação entre as construções sociais e as disposições espaciais na hora dos sepultamentos, muito nos alicerça na formação de um pensamento sobre se constituía a sociedade e como ela se pensava. A posição e importância que cada indivíduo adquire dentro dos grupos, pode também estar expressa na perpetuação de sua influência e permanência na memória daqueles que com o morto conviveram.

Manter a memória e recordação daquele que se encontra morto, num contexto espaço-temporal distinto dos vivos, que pretendem ser *perene*, podem ser assim, pensados, - nas igrejas e cemitérios - não são espaços estáticos, mas dinâmicos. Neles se conjugam idéias sobre a vida e a morte; não sendo possível conceber ambos os conceitos de maneira isolada, senão como uma dualidade: a vida prevalece na cotidianidade, nas ações diárias, na intenção de obter a permanência do defunto na memória coletiva através de monumentos e práticas utilizadas como recurso para rememoração e manutenção das identidades coletivas. Elementos comuns que fortalecem os costumes que estão “*claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas realidades, nem as reexpressem*” (Gerald Sider, apud. E. P. Thompson). Delimitando fronteiras culturais através de uma identidade cultural e religiosa que organizam

as suas práticas num sistema em que os indivíduos sintam-se pertencentes, frente àquela coletividade.

Assim, a favor da coletividade, são lançadas expectativas de um *pós-mortem* recompensador dentro da lógica católica, havendo uma reciprocidade entre vivos e mortos como um dos fatores importantes durante a passagem para a esfera transcendental, das missas, velas, flores, cultos e luto, que auxiliam a nova “caminhada” para este outro terreno, em contrapartida dos favores, benefícios e benfeitorias, feitas pelo morto quando vivo, para o grupo dos vivos. Desta maneira a continuação, em um outro tempo e espaço depende e é buscada a partir das ações feitas em vida, são elas que ficaram marcadas no que podemos chamar de memória coletiva, deste modo:

“...os mortos dormem esperando a ressurreição para o paraíso dos cristãos”
(ARIÉS, 1981, p.25)

A proximidade entre mortos e vivos ao longo do tempo fez com que os túmulos dos mártires atraíssem mais sepulturas de outros mortos comuns para garantir um tratamento diferenciado dado a estes. Os familiares do morto buscavam enterrar-lo próximo aos túmulos dos mártires acreditando que esses passariam um pouco da sua virtude no *pós-mortem* e garantiria que a sepultura do defunto não fosse violada comprometendo seu despertar no Julgamento final. Todavia, inicialmente, nessa área além da cidade os túmulos venerados foram substituídos por memoriais, seguidos por basílicas cemiteriais que ficavam ao lado ou no lugar de capelas para adoração dos mártires. Ao redor das basílicas e fora do perímetro residências foram criados bairros cemiteriais. Porém devido ao crescimento dos limites deste, estes bairros foram incorporados à vida cotidiana, já que se passou a conviver entre os sepultados.

Os enterramentos no interior e ao redor das igrejas, datam do séc. XVIII. E se constituía em uma forma de garantir a salvação da alma. Influenciada pela concepção religiosa de mundo do período medieval, quando mortos eram enterrados extra-muros da cidade para não perturbar os vivos, tal a repugnância causada pela morte e seu alto poder de contaminação, conduziu os juristas a solicitarem o enterramento fora da cidade para que não houvesse a “maculação da cidade pela morte” (ARIÉS, 1981, 34-35). Entretanto, logo essa atitude pagã antiga deu lugar a uma nova atitude cristã que se preocupava com a salvação da alma, com a “boa morte”. A aceitação da morte permitia que os indivíduos previssem seu final e planejassem seus funerais desde os rituais até escolha das vestes fúnebres e do local (igreja) onde seria enterrada, despedissem dos parentes e dos conhecidos pedindo seu perdão caso tivesse falhado com aqueles e confessassem os seus pecados. A prática de inumação nas igrejas vem desde a

Antiguidade Cristã até o século XVIII. As igrejas eram verdadeiras necrópoles que apesar das proibições canônicas submetiam o direito de inumação a um pagamento, garantindo ao defunto a segurança e a honradez de um lugar em um terreno tido como sagrado. Embora, os rituais sacramentais e o enterramento não deveriam ser vendidos.

No Brasil, essas práticas de enterramentos persistiram até o início do século XIX quando a política médico-higienista, influenciada pela medicina francesa que contestava esse tipo de inumação dizendo que os odores e gases liberados pelos defuntos dentro das igrejas disseminavam doenças. A reconfiguração do espaço citadino público da época - que procurava melhorias assépticas para a cidade - fez com que os enterros saíssem das igrejas para os cemitérios privados.

AS PRÁTICAS DE ENCOMENDAÇÃO DOS MORTOS.

Algumas das práticas relacionadas ao momento fúnebre podem ser descritas resumidamente para auxiliar na contextualização destas formas de sepultamento: Os últimos sacramentos: A comunhão e a extrema-unção impedem que se tenha uma morte selvagem, auxiliando o indivíduo a se livrar das tentações, dos pecados, culpas e impedindo a agonia da hora da morte. A limpeza do corpo pode ser resumida como assepsia corporal do morto - desde o fazer da barba e corte do cabelo até o banho, atividades executadas somente por pessoas que já tinham experiência nesta função. O passo seguinte era a escolha da mortalha, isso de acordo com o poder aquisitivo, a devoção por determinado santo e o pertencimento ou não a alguma confraria. A primeira missa, de corpo presente, realizada dentro da igreja normalmente, tinha o intuito de conduzir o morto deste para o outro mundo. As demais missas, quando não havia tempo para a sua realização, de acordo com especificação do defunto eram realizadas na paróquia a qual pertencera. Essas missas tinham o objetivo de diminuir o tempo do morto no purgatório ou acrescer-lhe de prestígio no terreno celestial. Tudo isso representava um acontecimento social que mobilizava grande número de pessoas e clérigos.

É importante ressaltar a concepção dos três possíveis espaços de ocupação do indivíduo após a vida: purgatório, céu e o inferno. Sendo o primeiro um espaço intermediário entre o céu e inferno, tendo um aspecto temporário, isto é, era no purgatório que os indivíduos conquistavam o seu direito a permanecerem no céu, após um período de privações, sofrimentos e expurgação dos pecados. Os outros dois extremos são caracterizados pela

oposição dos significados, sendo, porém complementares, o céu era destinados àquelas pessoas de boa conduta e o inferno era o lugar dos de condutas condenáveis.

AS REPRESENTAÇÕES DOS ESPAÇOS COLETIVOS

Há muito tempo o homem moderno direciona muita atenção às representações espacial, estando estas relacionadas às estruturas sociais que informam ou não prestígio e status social. Desta maneira, também são encontradas as distribuições relacionadas o direcionamento destinado as mortos. As sociedades atuais sabem hoje, onde deverão estar os vivos e quais são ambientes pertencentes ao morto; concepções essas oriundas da separação entre vivos e mortos, decorrentes das teorias médico-higienistas, pelas epidemias, como também da necessidade de criação de novas formas econômicas, como respostas à reconfiguração do mundo, que a partir de então se projeta sobre estruturas capitalistas de pensamento.

Sabe-se, porém, que em séculos anteriores, esta lógica não se encontrava tão bem desenhada. Ao contrário, do sepultamento intra-muros das Igrejas Católicas até a vivência da realidade cotidiana entre os sepultados, que os mortos integravam a vida social e eram pensados como bem próximos de seus entes queridos. As residências e comércios estabeleciam-se, convivendo no mesmo espaço com covas. As missas eram realizadas em ambientes contaminados, sendo que, a concepção vigente era a de que enquanto lugar sagrado, este era o *locus* propício para resguardar a morte uma outra etapa da vida. A morte e a vida eram pensadas como complementares.

Outro aspecto relevante era a programação na vida da morte. Desde a instauração dos rituais de despedidas pós-mortem, até a conformação das benfeitorias, garantindo a manutenção da importância e influência do morto sobre o seu grupo social em uma relação de reciprocidade, onde a tarefa dos que ficaram eram resguardar para que os mortos não enfrentassem os riscos que constituía a passagem à esfera transcendental. Nesse aspecto as práticas ritualísticas de condução do morto diziam e muito para o seu sucesso depois de morto. Os detalhes das seqüências destas práticas, na qual se iniciava com o arrependimento na hora da comunhão, passando pela extrema-unção; e a vestimenta; o cortejo amplo do corpo; até sua missa e conseqüente enterramento, baseava-se nos padrões preestabelecidos que garantiam que o bom vivo, ou seja, era aquele que possuía grande quantidade de pessoas no enterro, demonstrando prestígio social e aquele que pertenceria a memória coletiva durante grande espaço de tempo, também teria mais facilmente acesso ao terreno celeste.

Dáí deriva-se também a formulação, anterior à morte, ou seja, a preocupação dos vivos com os ritos fúnebres, pensando-se na importância das carpideiras, contratadas para chorar nos enterros; no tamanho do cortejo; na presença de muitos clérigos e pessoas pensadas como intermediárias entre as esferas: terrenas e celestial.

Toda essa pompa, porém entra em choque a partir das transformações no mundo, com o avanço do capitalismo, diferentes direcionamentos econômicos, mudanças na postura do indivíduo perante a Deus, perda da força dos ideais católicos sobre a sociedade e incorporação das doutrinas protestantes, termina por ser abandonada, em detrimento de posturas com maior retidão, com a busca pelo paraíso na terra, isto é, a partir da incorporação de uma lógica mais individualista e prudente de vida.

Isso para dizer dos direcionamentos potenciais dos mortos após esse momento. De uma forma a outra existiam três destinos possíveis às almas (ou espíritos) depois da morte, como já mencionado: o Céu, para onde eram destinadas as almas boas; o Inferno, no extremo oposto onde se encontravam os condenados aos tormentos eternos e o purgatório, espaço intermediário onde se encontravam aqueles que não tendo graves culpas tratavam de recuperar seu direito ao céu através do sofrimento, das punições e privações.

A GUIA DE CONCLUSÕES

O presente estudo analisou as representações da morte, através da apreensão dos ritos fúnebres, presentes nas sociedades contemporâneas. Desta maneira, podendo-se a morte ser entendida como parte da vida do ser humano, transcendendo-a um outro tempo e espaço que suplanta o humano e ao qual pertence a categoria dos fatos que não podem ser explicados. Os enterramentos no interior das igrejas representavam uma extensão da vida e constituíam-se em eventos sociais. Para os vivos significavam uma maneira de reafirmar-se e perdurar a idéia do morto em um espaço cultural religioso. A dinâmica da vida inclui a morte; assim, a forma de expressar-se por meio de ritos individualizados implica manter-se presente na memória coletiva da sociedade. E assim é pertinente o estudo, já que se trata de uma expressão em que se conjugam a vida e a morte, quando se plasmam simbolicamente desejos, crenças, respeitos, honras, idéias e cultos que correspondem ao momento histórico no qual se manifestam. A concepção de morte, desta maneira, só pode ser pensada a partir da relação estabelecida com as ações realizadas durante a vida de cada indivíduo, as práticas de condução dos cadáveres

nos demonstram isso. E mais do que isso, entender como cada sociedade trata dos seus mortos muito nos ensina sobre com ela conduz os vivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Clênio Sierra de. **Notícia/Newstorm**, Recife, 09 de maio de 2003.

ARIÉS, Philippe. **O homem diante da morte**. Vol.1. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1981

ARIÉS, Philippe. **O homem diante da morte**. Vol.2. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1990.

BELLOMO, Harry Rodrigues. **A estatutária funerária em Porto Alegre (1900-1950)**. Porto Alegre. Tese de Mestrado – Dep de História – PUC – RS, 1988.

COSTA, Carlos Alberto Santos. **A influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-Ba (1549-1760)**. Recife, 2005.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham. **Os sepultamentos do Sítio Aratu de Piragiba Bahia**. UFBA: Salvador, 2003.

MENDES, Cibele de Mattos. **Práticas e representações artísticas cemiteriais do Convento de São Francisco e Venerable Orden Terceira do Carmo: Salvador século XIX (1850 – 1920)**. Salvador, 2001.

REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Séc. XIX**. Cia. das Letras: São Paulo, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1997.

RODRÍGUEZ, María De Los Ángeles Álvarez, **Usos y costumbres funeraria en la Nueva España**, Zamora, Michoacán, e Colegio de Michacán/ El Colegio Mexiquense, 2001.

TAVARES, Áurea Conceição Pereira. **Vestígios materiais nos sepultamentos da Antiga Sé de Salvador: postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista**. Recife, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v.3.